

## Representações do espaço geográfico em disputa: O Movimento Negro brasileiro e as novas cartografias sociais<sup>1</sup>

Lya Moret Boynard<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

lyamoret@hotmail.com

### Resumo

O trabalho discute o papel da cartografia como instrumento na luta anti-racismo do Movimento Negro. Há um cenário de disputa pela legitimidade hegemônica da leitura espacial e pelo protagonismo da produção cartográfica e esse trabalho vai mostrar a partir da análise de experiências em Mapeamento Social e Participativo, como o uso de novas cartografias sociais (feitas por, para e com o Movimento Negro), pode servir para endossar lutas do Movimento Social.

**Palavras-chave:** Cartografia Social, Movimento Negro.

Este trabalho tem por objetivos contribuir para as discussões acerca da luta anti-racismo do Movimento Negro brasileiro, identificando e examinando os setores deste movimento social que vêm fazendo usos da cartografia como um dos instrumentos para endossar lutas. Tomamos como exemplos, a demarcação de terras Quilombolas e de Negros Rurais e o mapeamento de casas de religiões de matrizes africanas contra a intolerância religiosa.

Para isso, tensionamos a princípio a relação Geografia/Cartografia a fim de que possamos perceber como o conhecimento cartográfico, estruturado no período histórico conhecido como modernidade, colabora para uma leitura hegemônica de *espaço* e como essa leitura opera de modo a legitimar e reforçar uma postura racista na nossa sociedade.

A Cartografia, e a Geografia de modo geral, há menos de um século atrás eram podadas de sentido útil a quaisquer que fossem os sujeitos não hegemônicos que a estas se interessassem. Isto coloca o instigante debate sobre o “fazer cartografia” que é, afinal, “de quem para quem?” “Para que?” e “como?”.

Diferentes sujeitos e grupos sociais podem fazer diferentes cartografias da mesma realidade, de acordo com seus interesses. Várias são as discussões que perpassam a identidade dos saberes geográficos e cartográficos. E dentre essas, temos a que Geografia e Cartografia não são certamente, sinônimas. Entendemos a cartografia como um instrumento para o geógrafo tal como a geografia serve ao cartógrafo, esses saberes dialogam entre si, eles, apesar de existirem sozinhos, se complementam e se significam – a carta como forma de representação geográfica por excelência<sup>3</sup>.

Num contexto de ebulição geográfico-reflexiva, a cartografia passa a ser criticada pelo seu papel nas estratégias estatais – como, por exemplo, as de controle e dominação territorial e populacional. O protagonismo europeu na produção cartográfica foi possível a partir de um processo que chamamos de Colonialidade do Saber que subalterniza e se apropria dos saberes não europeus, não brancos, não masculinos através do que entendemos como opressão epistêmica<sup>4</sup>. Esta cartografia eurocentrada vem sendo objeto de contestação por experiências (de diferentes formas) vinculadas a lutas sociais, práticas cartográficas que vêm sendo denominadas, entre outros termos, como “cartografias sociais” – termo que, aqui, utilizamos criticamente.

Cartografia Social é toda e qualquer representação espacial. Seja aquela cartografia feita através de órgãos governamentais como o exército, marinha e aeronáutica, seja aquela feita por engenheiros cartógrafos, seja a encontrada nos livros didáticos e etc. Isso porque estas são cartografias, representações, feitas por seres sociais, para uso social. Em outras palavras, são feitas por pessoas e para pessoas.

No Brasil, ainda hoje, algumas informações cartográficas produzidas pelo Estado são mantidas em sigilo. As cartas as quais a população tem acesso são antigas ou então não são disponibilizadas. Nas páginas da internet criadas com o “intuito” de fornecer mapas, temos áreas que pertencem ao Governo e que não possuem nomes ou localização, declarados no mapa. A população é educada de forma a ignorar diversos elementos contidos num mapa. Somos alienados no sentido de que estamos alheios ao processo cartográfico. Não é de interesse das grandes esferas do poder que o conhecimento cartográfico seja socializado.

O que, portanto, justifica pensarmos a existência de um campo distinto que podemos chamar de “cartografia social”, mesmo toda representação sendo social, é que há práticas que contribuem para que a cartografia seja repensada por diversos segmentos da sociedade. Movimentos sociais, articulações de lutas, enfim, diversos atores políticos contra-hegemônicos e também cartógrafos e pesquisadores engajados politicamente vêm utilizando a cartografia como instrumento de contra-poder. Grupos oprimidos e marginalizados que a elite brasileira produziu travam uma dura batalha, hoje, mas não de hoje, pelo respeito a suas formas de compreender e se apropriar do espaço geográfico.

Destacamos aqui as experiências de mapeamento participativo de endosso as

lutas do Movimento Negro para construção das chamadas “novas cartografias sociais”.

No Brasil, esse movimento resiste ao longo do tempo para fazer valer importantes conquistas como as de afirmação de identidades coletivas, reconhecimento dos direitos étnicos, preservação de práticas e culturas ancestrais, direitos de expressão religiosa, demarcação territorial, luta por territorialidades específicas, a luta anti-racismo e também na educação, direitos esses que sempre foram negados pelo Estado.

Alguns exemplos de experiências são: o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia<sup>5</sup> (PNCSA), coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida (UFAM), que tem uma abrangência nacional e se articula com o Movimento Negro em várias frentes de luta como, por exemplo, os Quilombolas, as Mulheres Negras, os Afroreligiosos, as Quebradeiras de Coco Babaçu, os Faxinais, os Cipozeiros e os Negros Rurais.

A equipe desse projeto promove oficinas de cartografia em finais de semana, nessas oficinas além de cursos de capacitação são feitas discussões com as comunidades tradicionais sobre o que é de interesse destas que será cartografado, após ampla discussão crítica sobre a ação de mapear e ser mapeado, explorando as possibilidades de uso contrária ou a favor das comunidades, são feitos os mapas que podem ao final se transformar numa representação espacial muito diferente daquela *oficial* (cartas do Governo representando a localidade a qual o Movimento pertence). Como resultados das oficinas, são produzidos fascículos contendo textos de denúncia, reivindicação e históricos dos grupos, além e, principalmente de mapas com a espacialização dos dilemas (problemas, conflitos, necessidades...) e saberes (tradições, seres e lugares sagrados...) desses grupos, para dar ensejo às vozes e as lutas desse movimento social.

O que se busca não é mapear os grupos, mas sim, permitir aos grupos que eles próprios se mapeiem<sup>6</sup>. O PNCSA realiza aquilo que chamamos de “mapeamento situacional” com forte influência do pensamento situacionista que pregava o combate a alienação produzida pela sociedade capitalista. Para o grupo *o mapa não “é”, o mapa “está!”*. Isso significa dizer que uma mesma comunidade pode produzir diferentes mapas em diferentes momentos sobre o mesmo espaço, sobre o mesmo lugar. Os mapas do projeto não são fixos as lutas dos movimentos sociais não são fixas, novos desafios são postos a todo o momento para as comunidades e a concepção do projeto é que isso seja acompanhado.

Há também o Projeto de Mapeamento das Casas de Religiões de Matriz Africana do Estado do Rio de Janeiro<sup>7</sup> que tem o objetivo de tornar visível no mapa o quantitativo de Terreiros de Umbanda e Candomblé presentes no Estado com a perspectiva de que este resultado possibilite a construção de Políticas Públicas efetivas que beneficiem este segmento religioso. Esse projeto é uma iniciativa Secretaria Especial de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR) em articulação com a PUC-RIO e o Conselho Griot.

O mapeamento dos terreiros vem fazendo com que a sociedade enfrente a realidade daqueles que cultuam religiões de matriz áfrica e que sofrem inúmeras formas de preconceito por causa disso. Seus espaços sagrados são na maioria das vezes depredados por conta da intolerância religiosa de alguns (nesse caso, fruto, historicamente, do racismo) e por vezes estão afastadas dos grandes centros. Há também o não reconhecimento do Estado sobre esses espaços o que impossibilita que a ajuda do governo destinada por lei a casas religiosas chegue para os terreiros.

Outro Mapeamento que muito se assemelha ao anterior é o Mapeamento dos Terreiros de Salvador<sup>8</sup> que tem o intuito de conhecer, localizar e saber da situação fundiária dos terreiros de candomblé de Salvador da Bahia. As Secretarias Municipais da Reparação e da Habitação, em conjunto com o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA,(Universidade Federal da Bahia) fizeram o Mapeamento dos Terreiros de Candomblé e atualmente 99% dos 1165 terreiros cadastrados estão georeferenciados.

Há o projeto conhecido como Saúde e Alegria (PSA), uma ONG atuante na região de Santarém, no Pará. Tem como proposta “soluções simples e adaptadas que tragam benefícios à população e sirvam como referências de tecnologias sociais apropriadas, demonstrativas e replicáveis, sobretudo através das políticas públicas”<sup>9</sup>. Nos chama atenção a pluralidade de apoios e parcerias com agências de cooperação internacional. Elas aparecem como instrumento de disseminação de tecnologias sociais de gestão participativa, ao apoiarem uma instituição com este fim e perfil do PSA. O projeto se articula com o Movimento Negro ao fazer um mapeamento das comunidades Quilombolas da região de Santarém, sobra a distribuição e uso dos recursos naturais.

## Conclusão

Não temos aqui o objetivo de esgotar a diversidade das experiências de mapeamento participativo e cartografias sociais existentes no Brasil relacionadas ao Movimento Negro. Elencamos alguns projetos que se dediquem a não só produzir novas cartografias, mas sim a tornar os sujeitos, inseridos nesse movimento, participantes do processo de elaboração cartográfica. Vemos então que as Novas Cartografias Sociais podem ser feitas *com* o Movimento, *para* o Movimento ou *sobre* o Movimento social. As conquistas desses grupos são fruto da disputa de diferentes representações do espaço e como tais, significam a importância da socialização do conhecimento cartográfico para o conseqüente aumento das vitórias dessas disputas por parte desses atores contra-hegemônicos.

## Notas

1 - Trabalho desenvolvido a partir do Grupo de Pesquisa “Cartografagens da Ação e dos Conflitos Sociais: Análise Comparativa de Observações e Representações do Espaço-Tempo do Fazer Político”, coordenado pelo: Prof. Dr. Renato Emerson N. dos Santos, do Departamento de Geografia da UERJ/FFP.

2 - Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Geografia na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É aluna bolsista do projeto de pesquisa "Cartografagens da Ação e dos Conflitos Sociais: Análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político.",

3 - LACOSTE, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra. Campinas: Ed. Papirus, 1988.

4 - MIGNOLO, Walter. Os esplendores e as Misérias da “Ciência”: Colonialidade, Geopolítica do Conhecimento e Pluro-versalidade Epistêmica. IN: SANTOS, Boaventura de Souza. Conhecimento prudente para uma vida decente. Cortez, 2003.

5 - <http://www.novacartografiasocial.com/>

6 - SANTOS, Renato Emerson dos. “Cartografagens da ação e dos conflitos sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político.” Rio de Janeiro: 2010, Relatório Narrativo do Projeto apresentado à FAPERJ.

7 - <http://www.nima.puc-rio.br/mapeamento/>

8 - <http://www.terreiros.ceao.ufba.br/>

9 – <http://www.saudeealegria.org.br/portal/index.php/home/conteudo/13>